

## CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA

*Largo Duque D'Ávila e Bolama 9900-141 HORTA*

*Apartado 48 · 9900 - 997 HORTA*

*TEL: 292 202 000 · FAX: 292 293 990*

*Email: [geral@cmhorta.pt](mailto:geral@cmhorta.pt)*

*[www.cmhorta.pt](http://www.cmhorta.pt)*

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### ***Aquisição de Tendas e Palco para Eventos***

## **ÍNDICE DO CADERNO DE ENCARGOS**

### **CAPÍTULO I – Disposições Gerais**

Cláusula 1ª – Objeto

Cláusula 2ª – Preço Base

Cláusula 3ª – Prazo contratual

### **CAPÍTULO II – Obrigações contratuais**

#### **Secção I – Obrigações principais do fornecedor**

##### **Subsecção I – Disposições gerais**

Cláusula 4ª – Obrigações principais do fornecedor

Cláusula 5ª – Prazo e local de entrega dos bens

Cláusula 6ª – Conformidade e operacionalidade dos bens

Cláusula 7ª – Inspeção

Cláusula 8ª – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

##### **Subsecção II – Dever de sigilo**

Cláusula 9ª – Objeto de dever de sigilo

Cláusula 10ª – Prazo do dever de sigilo

#### **Secção II – Obrigações da entidade adjudicante**

Cláusula 11ª – Preço contratual

Cláusula 12ª – Condições de pagamento

### **CAPÍTULO III – Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 13ª – Penalidades

Cláusula 14ª – Força maior

Cláusula 15ª – Resolução por parte da entidade adjudicante

Cláusula 16ª – Resolução por parte do fornecedor

### **CAPÍTULO IV – Resolução de litígios**

Cláusula 17ª – Foro competente

### **CAPÍTULO V – Disposições Finais**

Cláusula 18ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 19ª – Comunicações e notificações

Cláusula 20ª – Contagem dos prazos

Cláusula 21ª – Legislação aplicável

### **CAPÍTULO VI – Especificações técnicas**

Cláusula 1ª – Tendas

Cláusula 2ª – Estrados

Cláusula 3ª – Palcos

Cláusula 4ª – Stands

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Cláusula 1ª**

###### **Objeto**

1 – O presente procedimento tem por objeto a **Aquisição de Tendas e Palco para Eventos** em conformidade com as condições constantes do Caderno de Encargos.

##### **Cláusula 2ª**

###### **Preço Base**

1 – O preço base total da aquisição de serviços a contratar é fixado em 194.450,00 € (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos e cinquenta euros), sendo este valor o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento, para efeitos do disposto no artigo 47º do CCP.

2 – O preço base referido no número anterior foi fixado tendo em conta os preços atualizados do mercado obtidos através de consulta preliminar.

##### **Cláusula 3ª**

###### **Prazo contratual**

1 – O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos, condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 – O contrato produz efeitos no dia seguinte ao da sua outorga, caso esta ocorra em data posterior. Caso a redução do contrato a escrito não seja exigida, ou seja, dispensada, o contrato produz efeitos no dia seguinte à data da disponibilização dos documentos de habilitação na plataforma, se esta ocorrer em momento posterior.

### **CAPÍTULO II**

#### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

###### **Obrigações do fornecedor**

## **Subsecção I**

### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 4ª**

##### **Obrigações principais do fornecedor**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nos artigos contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Prazo e local de entrega dos bens**

1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues no **prazo de 90 dias**.

2 – A presente aquisição inclui transporte, a 1.ª montagem em local a designar, na Ilha do Faial e formação à equipa de montagem.

3 - Todos os riscos na fase de transporte, do acondicionamento, da carga e da descarga na entrega do bem objeto do contrato, são da exclusiva responsabilidade do fornecedor.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1 – O fornecedor obriga-se a entregar os bens objeto do contrato de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos legais e de acordo com as quantidades indicadas na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos e da proposta adjudicada bem como outros exigidos por lei.

2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 – O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues. objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Inspeção**

1 – Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por

ela designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar se se encontram cumpridas as especificações técnicas constantes da cláusula 4ª do presente Caderno de Encargos bem como as constantes da proposta adjudicada.

### **Cláusula 8ª**

#### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1 – No caso de as inspeções previstas na cláusula anterior não comprovarem a conformidade dos bens com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos e da proposta adjudicada bem como com outros requisitos exigidos por lei, a entidade adjudicante informa, por escrito, o fornecedor.

2 – No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das especificações técnicas e de outros requisitos exigidos por lei.

### **Subsecção II**

#### **Dever de sigilo**

### **Cláusula 9ª**

#### **Objeto do dever de sigilo**

1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 10ª**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II**

### **Obrigações da entidade adjudicante**

#### **Cláusula 11ª**

##### **Preço contratual**

1 – O preço contratual resulta do valor apresentado na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, designadamente as despesas com o transporte dos bens objeto do presente procedimento para o local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Condições de pagamento**

1 – Os pagamentos são efetuados, através de transferência bancária, pelo contraente público, no prazo de 30 dias, contados da receção das faturas pelo Município da Horta.

2 – Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta do fornecimento, sem observância do disposto no artigo 292.º do CCP.

## **CAPÍTULO III**

### **Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 13ª**

##### **Penalidades**

1 – Pelo incumprimento do prazo de fornecimento dos bens, o Município da Horta pode exigir do Fornecedor dos bens, o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**$P = (V \cdot A) / 500$** , em que: P é o montante da penalidade, V é igual ao valor global do contrato e A é igual ao número de dias em atraso.

2 – O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o Município da Horta decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Horta tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4 – Nas situações enquadráveis no n.º anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deve ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

5 – O Município da Horta pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Horta exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 14ª**

##### **Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 15ª**

##### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

- 1 – À resolução do contrato aplica-se o disposto nos artigos 330º a 335º do CCP.
- 2 – O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Resolução por parte do fornecedor**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 – No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Horta, que produz efeitos 30 dias úteis após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daqueles a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Resolução de litígios**

##### **Cláusula 17ª Foro**

##### **competente**

Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato são dirimidos pelo tribunal administrativo e fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO V**

#### **Disposições Finais**

### **Cláusula 18ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor de bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

### **Cláusula 19ª**

#### **Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 20ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos são contados em consonância com o disposto no artigo 470.º do CCP

### **Cláusula 21ª**

#### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja espacialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e do RJCPRAA, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro e demais legislação portuguesa aplicável.

## **CAPÍTULO VI**

### **Especificações técnicas**

#### **Cláusula 1ª – Tendas**

- 1 - Fornecimento de quatro tendas com as dimensões, em planta, de 20 metros de comprimento por 15 metros de largura, cobertura em duas águas, com a possibilidade de acoplamento pelo lado de maior dimensão de forma a possibilitar a **criação de uma única tenda com 15 metros largura por 80 metros de comprimento** e todas as demais combinações dentro dos parâmetros atrás definidos.
- 2- O revestimento exterior/cobertura deverá ser em PVC, liso, opaco, de cor branca, impermeável, ignífugo com reação ao fogo da classe C-s2, d0, e resistente às radiações UV por um período de 10 anos.
- 3 – Cada painel lateral deverá ser removível de forma totalmente independente dos restantes.
- 4 - O pé-direito livre deverá ser superior a 3,50 metros em pelo menos 80% da área útil da tenda e nunca inferior a 3 metros.
- 5 – A estrutura de suporte deverá ser em alumínio anodizado, sendo permitida a existência ligações e reforços em aço inoxidável, e deverá garantir a segurança às ações do vento com uma velocidade mínima de 100km/h, sem prejuízo de outras especificações exigidas na legislação específica da especialidade.
- 6 – As ligações da estrutura ao solo deverão permitir o ajuste em altura, com uma distância mínima de 0,50 metros.
- 7 – As saídas deverão ser dispostas de forma simétrica, ao longo das empenas, em lados opostos e em número igual ou superior a seis.

#### **Cláusula 2ª – Estrados**

- 1 – Fornecimento de quatro estrados com 20 metros de comprimento por 15 metros de largura e 0,20 metros de altura.
- 2 - Os estrados deverão ser constituídos por módulos com a dimensão máxima de 2,00 metros por 4,00 metros.
- 3 – A estrutura de suporte deverá ser em alumínio anodizado, sendo permitida a existência ligações e reforços em aço inoxidável, auto-nivelante, permitindo ajustes até 0,50 metros em altura, e garantir a segurança a uma carga vertical distribuída, direcionada de cima para baixo, no valor de 5 kN/m<sup>2</sup>, sem prejuízo de outras especificações exigidas na legislação específica da especialidade.
- 4 – O material de revestimento deverá ser impermeável, ignífugo com reação ao fogo da classe C-s2, d0, antiderrapante e não permitir uma deformação superior ao quociente entre a menor dimensão do vão (em metros) e 250, limitada a 1 centímetro.

#### **Cláusula 3ª – Palcos**

- 1 – Fornecimento de um palco com 10,00 metros de comprimento por 10,00 metros de largura e 1,20 metros de altura, incluindo uma escada de acesso com largura mínima de 1,00 metro.
- 2- O palco deverá ser constituído por módulos com a dimensão máxima de 2,00 metros por 4,00 metros.
- 3 – A estrutura de suporte deverá ser em alumínio anodizado, sendo permitida a existência ligações e reforços em aço inoxidável, e garantir a segurança a uma carga vertical distribuída, direcionada de cima para baixo, no valor de 5 kN/m<sup>2</sup>, sem prejuízo de outras especificações exigidas na legislação específica da especialidade.

4 – O material de revestimento deverá ser impermeável, ignífugo com reação ao fogo da classe C-s2, d0, antiderrapante e não permitir uma deformação superior ao quociente entre a menor dimensão do vão (em metros) e 250, limitada a 1 centímetro.

#### **Cláusula 4ª – Stands**

- 1 – Fornecimento de vinte stands individuais com 3,00 metros de comprimento por 3,00 metros de largura e 2,50 metros de altura.
- 2 – A estrutura de suporte deverá ser em alumínio anodizado, sendo permitida a existência ligações e reforços em aço inoxidável.
- 3 – O material de revestimento deverá ser impermeável e facilmente higienizável.